A MELIPONICULTURA COMO PRÁTICA SUSTENTÁVEL PRODUTIVA EM UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO SERTÃO PARAIBANO

José Ozildo dos Santos (UFCG) - joseozildo2014@outlook.com
Mestre em Sistemas Agroindustriais, professor do CDSA/UFCG

Rosélia Maria de Sousa Santos (UFCG) - roseliasousasantos@hotmail.com
Mestre em Sistemas Agroindustriais, professora da rede privada

Vanessa da Costa Santos (IFPB) - nessacosta1995@hotmail.com
Aluna do curso de Agroecologia

Leandro da Costa Machado (IFPB) - leandropltj@hotmail.com
Aluno do curso de Agroecologia

Grupo de Pesquisa: Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Agroecologia

Resumo
Nas comunidades quilombolas, o mel, o cerume e pólen, produzidos pelas abelhas nativas são bastante utilizados. Nessas comunidades, o mel produzido pela uruçu é considerado o melhor, principalmente, por suas propriedades medicinais. Entre os quilombolas, com uma grande frequência, a abelha uruçu é encontrada, sendo criada em cortiços, produzidos a partir de troncos ocos de árvores, fechando-se as extremidades com argila. O presente estudo tem por objetivo mostrar que a meliponicultura pode constituir-se numa oportunidade de renda complementar para os quilombolas do Sítio Barra de Oitis, município de Diamante, Estado da Paraíba. Constatou-se que em relação à assistência técnica por parte dos órgãos públicos e do incentivo para a prática da meliponicultura, a maioria dos participantes que nunca recebeu a visita de um técnico para tratar do assunto e que apenas uma pequena parcela já participou de uma capacitação sobre técnicas de higiene no mel produzido. Por outro lado, 85% dos participantes acreditam que o principal obstáculo enfrentado por eles em relação à meliponicultura diz respeito à falta de apoio e de assistência técnica; 15% acrescentaram que além desses obstáculos, a falta de uma flora apropriada na região também tem contribuído para limitar a produção de mel na comunidade. Com a presente pesquisa, verificou-se que a falta de políticas públicas vem causando sérios prejuízos à comunidade quilombola do Sítio Barra de Oitis, no Município de Diamante, Estado da Paraíba.

Palavras-chave: Comunidade Quilombola. Meliponicultura. Prática Sustentável.

Abstract
In maroon communities, honey, wax and pollen, produced by native bees are widely used. In these communities, the honey produced by uruçu is considered the best, mainly for its medicinal properties. Among the Maroons, with a large attendance, uruçu bee is found, being established in slums, made from hollow tree trunks, closing the ends with clay. The present study aims to show that beekeeping can constitute an opportunity to supplement income for the Maroons Site Oitis Bar, city of Diamante, Paraíba state. It was found that in relation to technical assistance by public bodies and encouragement for the practice of beekeeping, most participants who never received a

visit from a technician to deal with the matter and that only a small portion already participated in a training about hygiene techniques in honey produced. Moreover, 85% of respondents believe that the main obstacle faced by them in relation to beekeeping concerns the lack of support and technical assistance; 15% added that beyond these obstacles, the lack of a proper flora in the region has also contributed to limiting the production of honey in the community. With this research, it was found that the lack of public policies is causing serious damage to the maroon community Site Oitis Bar in Diamante County, State of Paraiba.

***Key words**: Community Quilombo. Meliponiculture. Sustainable practice.*

1. Introdução

Entre as populações rurais brasileiras, principalmente, do norte e nordeste, bem como nas tradicionais comunidades formadas por indígenas e quilombolas, a Meliponicultura - definida como a atividade de criar abelhas sem ferrão - vem sendo desenvolvida há séculos (CARVALHO; MARTINS; MOURÃO, 2014).

Alves et al. (2012) mostram que vários estudos já foram realizados no Brasil, objetivando avaliar como se desenvolvem as relações entre as populações tradicionais (indígenas e quilombolas) e as abelhas sem ferrão.

No entanto, quando tais estudos são comparados com os desenvolvidos no campo da Apicultura, percebe-se que os primeiros são em número bastante reduzido, o que demonstram que a Meliponicultura ainda necessita conquistar um melhor espaço no meio científico.

Nas comunidades quilombolas, o mel, o cerume e o saburá (pólen), produzidos pelas abelhas nativas são bastante utilizados, possuindo fins diversos, que variam de acordo com a cultura local.

Um estudo desenvolvido por Toledo; Barrera-Bassols (2009) mostra que nessas comunidades, o mel produzido pela uruçu é considerado o melhor, principalmente, por suas propriedades medicinais. Com grande frequência, o mel da uruçu é adicionado às chamadas plantas medicinais e utilizado para o tratamento de várias doenças, possuindo uma utilização não somente na etnobotânica, como também etnoveterinária.

Entre os quilombolas, com uma grande frequência, a uruçu é encontrada, sendo criada em cortiços, que consiste na retirada de troncos ocos de árvores em que os ninhos estão localizados, fechando as extremidades com argila (KERR; CARVALHO; NASCIMENTO, 1996).

Essa prática de manter abelhas em cortiços está sendo substituída por caixas rústicas, especialmente, pelos meliponicultores mais jovens apicultores, sob o argumento de que torna a gestão destas abelhas mais fácil. Entretanto, objetivando preservar a tradição cultural, criadores

mais antigos veem se preocupando em ensinar a prática do cortiço aos seus filhos e netos (CARVALHO; MARTINS; MOURÃO, 2004).

A criação de abelhas sem ferrão nas comunidades quilombolas é considerada uma atividade tradicional, encontrando-se envolvida em uma rede de conhecimento ecológico, que veem sendo transferidos de gerações para gerações, ao longo do tempo (ALVES et al., 2012).

O presente estudo tem por objetivo mostrar que a meliponicultura pode constituir-se numa oportunidade de renda complementar para os quilombolas do Sítio Barra de Oitis, município de Diamante, Estado da Paraíba.

2. Materiais e Métodos

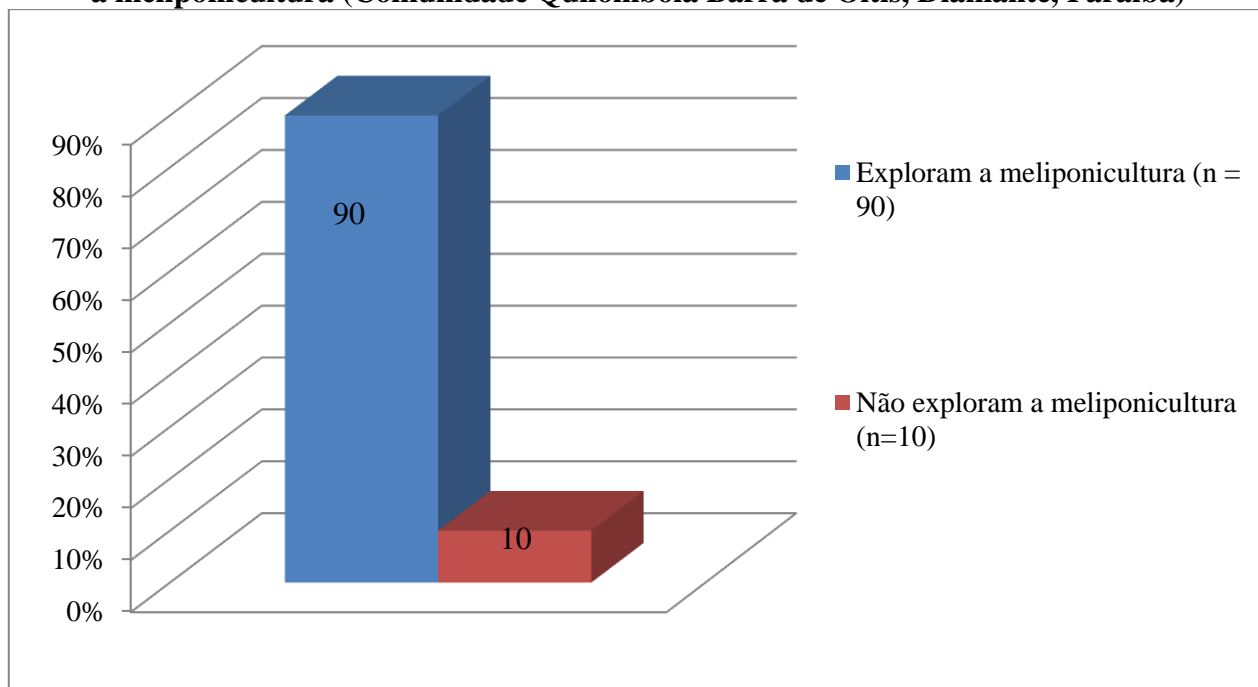
A pesquisa foi realizada na comunidade Sítio Barra de Oitis, localizada no município de Diamante, Estado da Paraíba, região esta que integra a Mesorregião do Sertão e à Microrregião de Itaporanga. Por sua vez, o município de Diamante se limita com Bonito de Santa Fé e São Jose de Caiana, ao norte; Boa Ventura e Curral Velho, ao leste, Santana de Mangueira, ao sul, Ibiara e Conceição, ao oeste (MASCARENHAS et al., 2005).

A coleta dos dados foi realizada no período de setembro a outubro de 2015, oportunidade em que se utilizou um questionário previamente elaborado, contendo questões subjetivas. Para a recolha dos referidos dados foram feitas cinco visitas semanais, observando a disponibilidade dos informantes.

No final, os dados foram analisados quantitativamente através do modelo descritivo, utilizando-se do programa Statistica 6, possibilitando a apresentação de tais dados em forma de gráficos e tabelas. A discussão dos resultados foi promovida observando a literatura especializada disponível sobre o assunto.

3. Resultados e Discussão

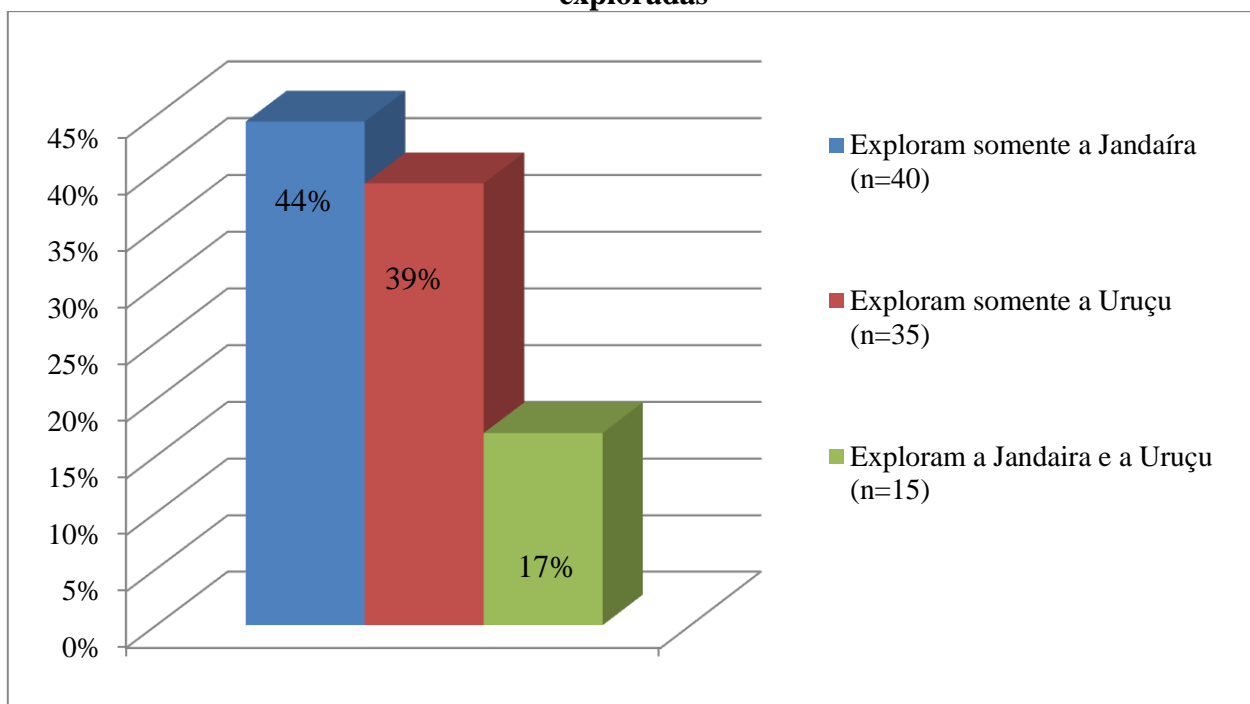
Através do primeiro questionamento direcionado aos membros da comunidade quilombola, do município de Diamante, Estado da Paraíba, que participou da presente pesquisa, procurou-se determinar quantos efetivamente explorava a meliponicultura, em sua comunidade. Os dados relacionados a esse questionamento for apresentados no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Distribuição dos participantes quanto ao fato de explorarem ou não a meliponicultura (Comunidade Quilombola Barra de Oitis, Diamante, Paraíba)

Quando se analisa os dados contidos no Gráfico 1 verifica-se que 90% dos quilombolas entrevistados exploram a meliponicultura. Apenas 10% dos participantes não exercem tal atividade.

Um estudo realizado por Aquino (2006) mostra que em grande parte das comunidades quilombolas da Paraíba, a meliponicultura é desenvolvida. No entanto, como atividade de subsistência, sendo que parte do mel produzido é utilizado como alimento e outra é comercializada, principalmente, com fins comerciais.

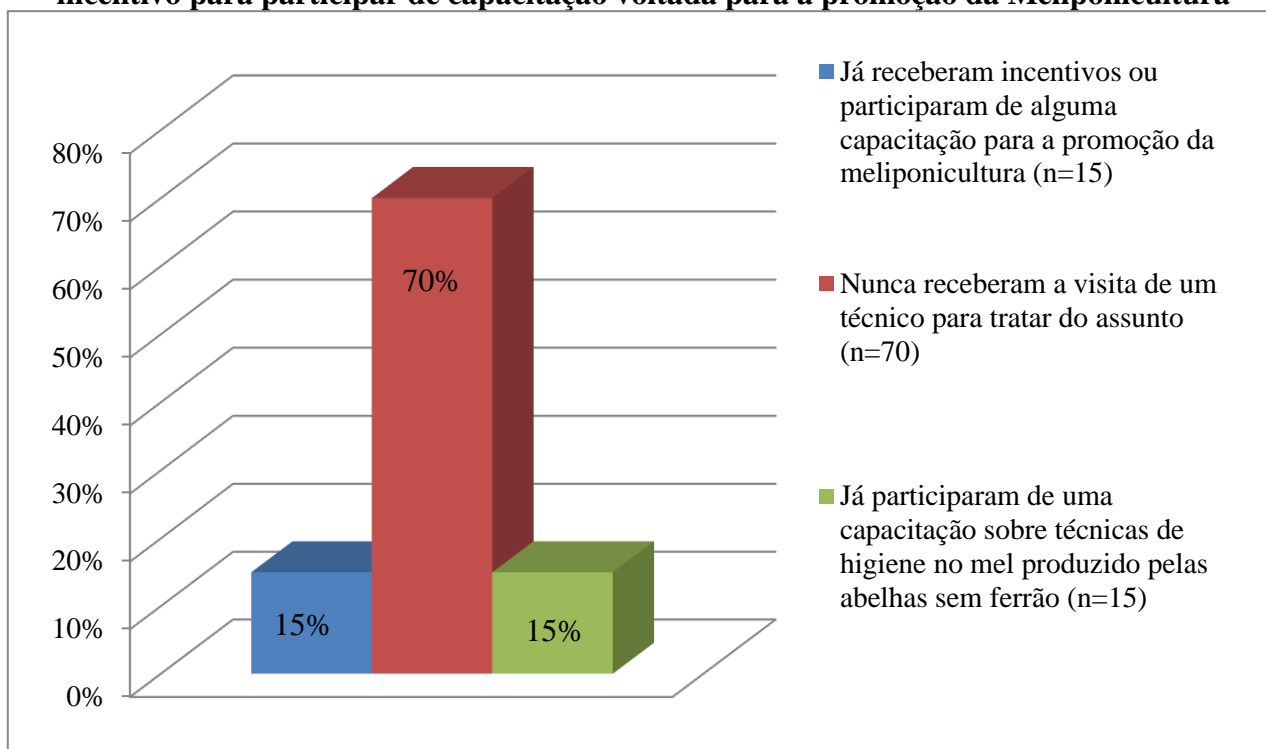
No entanto, dentre os estados nordestino, a meliponicultura se encontra mais organizadas entre as comunidades quilombolas, no Estado da Bahia, onde uma equipe da EBDA, formada por profissionais do ‘Laboratório de Abelha da empresa’, com sede em Salvador, mediante uma parceria com Pacto Federativo, vem dando assistência técnica a esta comunidades, implementando meliponários coletivos, bem como capacitando a população local para um melhor manejo das abelhas sem ferrão.

Através do segundo questionamento direcionado aos quilombolas que integram a comunidade Oitis, no município de Diamante-PB, procurou-se saber quais as espécies de abelhas sem ferrão que eles comumente criam. Levando em consideração a resposta fornecida no questionamento anterior, o número de participantes aptos a responderem este questionamento foi reduzido a 90. Os dados colhidos foram apresentados no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Distribuição dos participantes quanto às espécies de abelhas sem ferrão exploradas

Os dados contidos no Gráfico 2 demonstram que 44% dos quilombolas entrevistados exploram somente a abelha Jandaira para a produção de mel, cera e saburá, na Comunidade Barra de Oitis, no município de Diamante, no Vale do Piancó, Paraíba; 39% declararam que criam somente a Uruçu, enquanto que os demais (17%) declararam que conseguem criam as espécies Jandaíra e Uruçu, ao mesmo tempo.

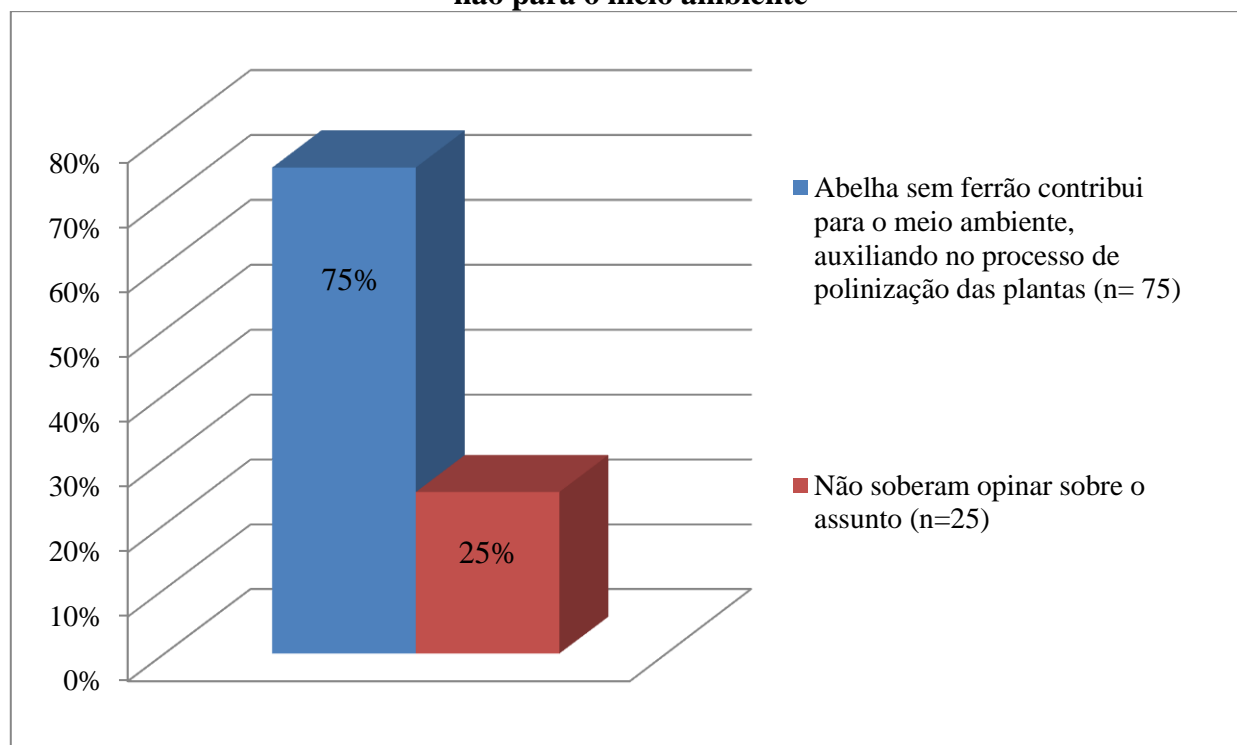
É importante destaca que além da Jandaira e da Uruçu, existem outras espécies de abelhas nativas que podem ser encontradas no território paraibano. Um estudo realizado do por Aquino (2006) identificou dezoito espécies de abelhas sem ferrão distribuídas em todo estado. No vizinho estado do Rio Grande do Norte, Pereira (2006) conseguiu listar dezessete espécies criadas em meliponários espalhados em vários municípios.

Num terceiro momento, procurou-se saber dos entrevistados se eles já participaram ou já forma incentivados para participarem de alguma capacitação voltada para a promoção de meliponicultura, por algum agente do governo. As respostas oferecidas a esse questionamento foram transformadas em dados e apresentadas no Gráfico 3.

Gráfico 3 - Distribuição dos participantes quanto ao fato de já terem participado ou recebido incentivo para participar de capacitação voltada para a promoção da Meliponicultura

Os dados coletados demonstram que no que diz respeito à assistência técnica por parte dos órgãos públicos e do incentivo para a prática da meliponicultura, 15% dos quilombolas entrevistados afirmaram que já receberam incentivos ou já participaram de alguma capacitação para a promoção da meliponicultura; 70% declararam que nunca receberam a visita de um técnico para tratar do assunto e outros 15% informaram que já participaram de uma capacitação sobre técnicas de higiene no mel produzido pelas abelhas sem ferrão.

Para o desenvolvimento das comunidades rurais é de suma importância a presença da assistência técnica. No entanto, é importante que se busque o desenvolvimento de modos de produção que se respeite as tradições locais, principalmente, entre os quilombolas (CARVALHO; MARTINS; MOURÃO, 2014).

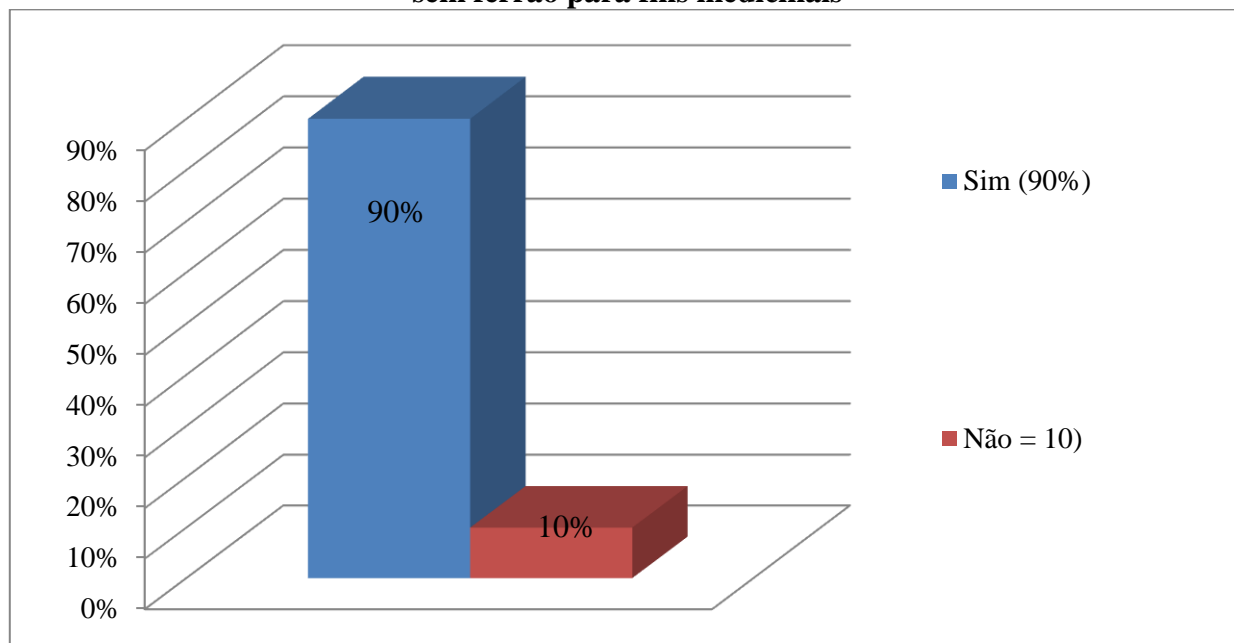
A meliponicultura praticada com conhecimento e utilizando as espécies corretas evita a perda de colônias, a depredação de ninhos naturais, gera renda de forma sustentável e contribui para manutenção da diversidade biológica. Por essa razão, é de suma importância que sejam promovidas capacitações direcionadas para os meliponicultores, principalmente, nas comunidades quilombolas.

Gráfico 4 - Distribuição dos participantes quanto ao fato da abelha sem ferrão contribuir ou não para o meio ambiente

Com base no Gráfico 4, constatas que segundo 75% dos quilombolas entrevistados a abelha sem ferrão contribui para o meio ambiente, auxiliando no processo de polinização das plantas. No entanto, 25% da amostra pesquisada não souberam opinar sobre o assunto.

A Meliponicultura é considerada como sendo uma atividade capaz de causar impactos positivos tanto sociais quanto econômicos, contribuindo também para a manutenção e a preservação dos ecossistemas (PEREIRA et al., 2003). Nessa atividade, o valor ambiental é caracterizado pela interdependência da vegetação (nativa e cultivada) com a biodiversidade de polinizadores (PEGOARO; ZILLER, 2003).

A Meliponicultura pode contribuir, consideravelmente, para o desenvolvimento sustentável, favorecendo, economicamente, as comunidades quilombolas e grandes produtores rurais. Para tanto, torna-se necessário o desenvolvimento de projetos destinados à divulgação do conhecimento sobre as abelhas sem ferrão, objetivando estimular a ideia de preservação e conservação, principalmente, junto às comunidades naturais (PEREIRA, et al., 2008).

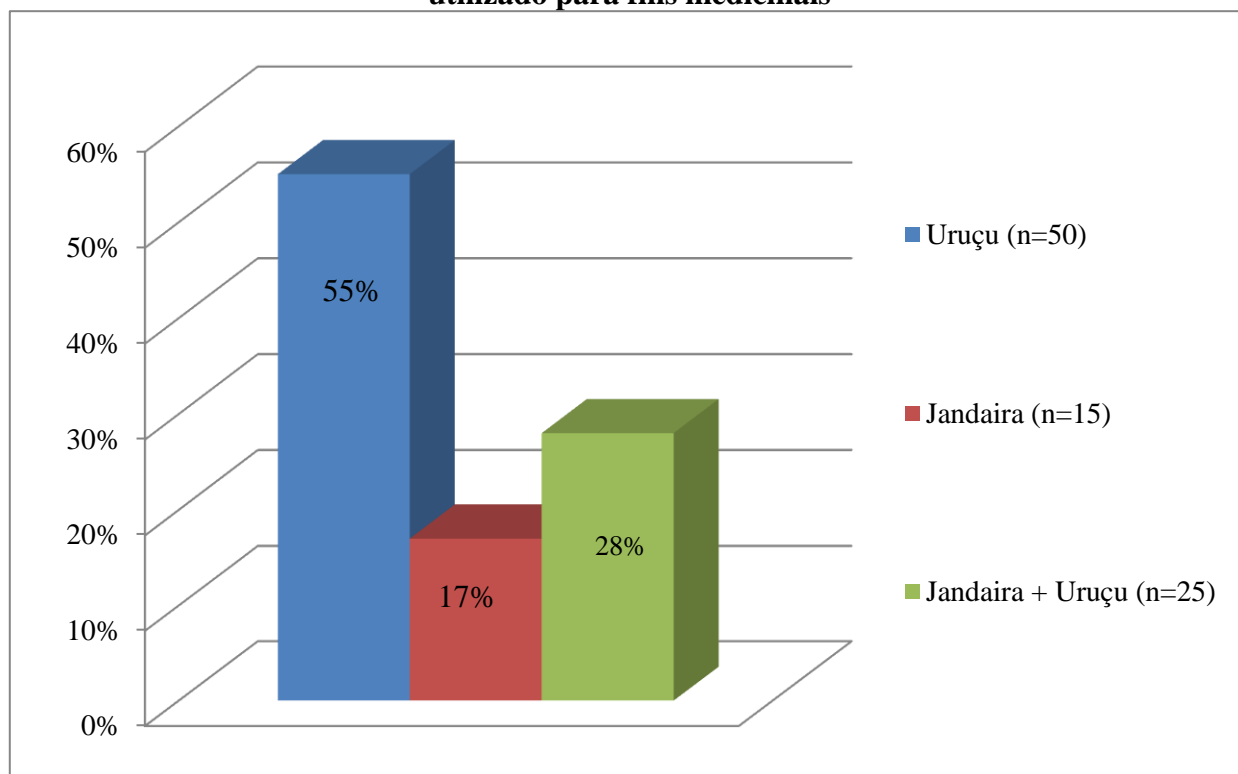
Posteriormente, procurou-se saber dos entrevistados se eles utilizam o mel da abelha sem ferrão para fins medicinais. Os dados apresentados no Gráfico 5 dizem respeito a esse questionamento.

Gráfico 5 - Distribuição dos participantes quanto ao fato de utilizarem ou não o mel da abelha sem ferrão para fins medicinais

Os dados apresentados no Gráfico 5 demonstram que 90% dos quilombolas entrevistados, fazem uso do mel da abelha sem ferrão para fins medicinais. No entanto, 10% declararam que não utilizam tal produto.

Um estudo desenvolvido por Sousa (2011) mostra que o mel produzido pelas abelhas sem ferrão, além de constitui-se num alimento nutritivo para o ser humano, por ser rico em carboidratos, proteínas, minerais e vitaminas, também possui propriedades antibacteriana e antioxidante, sendo, por isso, tradicionalmente utilizado no tratamento de várias doenças.

No entanto, as aptidões curativas do mel de abelhas sem ferrão são do conhecimento do homem há vários anos. Entretanto, nas últimas décadas tem aumentado a demanda pelo mel desse tipo de abelha, atingindo preços no mercado bem mais elevados do que o preço praticado com o mel das abelhas do gênero *Apis*. E isto tem contribuído para aumentar nos estudos científicos voltados para as análises nutricionais e farmacológicas desse tipo de mel (SOUZA, 2006).

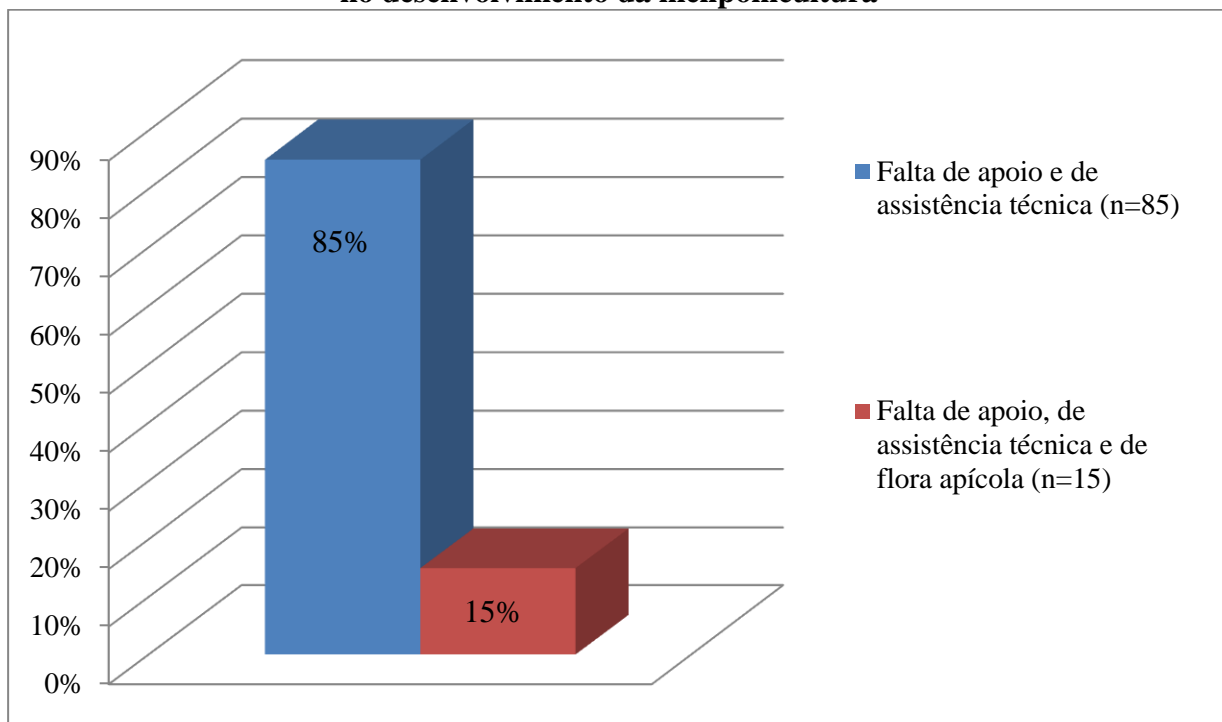
Posteriormente, procurou-se saber dos entrevistados qual o mel que eles utilizam com maior frequência, no que diz respeito à espécie produtora. Os dados colhidos foram apresentados no Quadro 6.

Gráfico 6 - Distribuição dos participantes quanto ao tipo de mel da abelha sem ferrão utilizado para fins medicinais

Quando se analisa os dados contidos no Gráfico 6, verifica-se que entre os quilombolas da Comunidade Oitis o mel produzido pela abelha Uruçu é o mais consumido para fins medicinais (50%). Outra significativa parcela (28%) utilizam tanto o mel de Uruçu quanto o da Jandaira e 15% declararam que utilizam somente aquele produzido pela Jandaíra.

Esse achado está de acordo com os resultados de uma pesquisa apresentada por Barrera-Bassols (2009), que também demonstrou que nas comunidades Quilombolas, o mel produzido pela uruçu possui uma ampla utilização na medicina caseira. Com uma grande frequência, o mel produzido pelas abelhas sem ferrão é utilizado associado às plantas medicinais.

Andrade (2012) pesquisando a utilização medicinal do mel de abelhas, no município de Pombal-PB, verificou que tal produto é associado com maior frequência ao limão, a laranja, a hortelã, a romã e a acerola, bem como o e alho, sendo a este último, em menor quantidade.

Por fim, procurou-se saber dos entrevistados quais os principais obstáculos enfrentados por eles, em relação à meliponicultura. Os dados colhidos foram condensados e apresentados no Gráfico 7.

Gráfico 7 - Distribuição dos participantes quanto aos principais obstáculos enfrentados no desenvolvimento da meliponicultura

De acordo com os dados levantados, 85% dos participantes da presente acreditam que o principal obstáculo enfrentado por eles em relação à meliponicultura diz respeito à falta de apoio e de assistência técnica; 15% dos entrevistados acrescentaram que além desses obstáculos, a falta de uma flora apropriada na região também que contribuído para limitar a produção de mel na comunidade.

Um estudo realizado por Rodrigues (2009) mostra que somente nos últimos anos, os órgãos públicos veem dando uma melhor assistência técnicas às comunidades, objetivando promover o seu desenvolvimento, inclusive, promovendo a meliponicultura, como forma de promoção do desenvolvimento local, fortalecendo as atividades agrícolas e estimulando a permanência do homem no meio rural.

Dentre as ações promovidas pelo governo federal no nordeste brasileiro, voltadas para a promoção de meliponicultura, pode-se destacar o Programa Pacto Federativo, desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em a parceria com a EBDA e a Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia (FAPESB). Tal programa vem estimulando a criação de melíponas no sertão baiano, objetivando à preservação das espécies, à conservação da diversidade dos ecossistemas locais, bem como estimular o comércio produtos oriundos da atividade apícola.

CONCLUSÕES

Nas comunidades quilombolas, a prática da Meliponicultura encontra-se associada aos recursos naturais e pode contribuir para a construção da sustentabilidade local, tendo em vista que se trata de uma atividade que estimula a criação de abelhas sem ferrão, garantindo a polinização de espécies nativas e de plantações, bem como ajudando a reduzir o desmatamento e os danos ao meio ambiente.

Com a presente pesquisa, mostrou-se que apesar de existir um aparato legal para a promoção do etnodesenvolimento das comunidades quilombolas - visando melhorar as condições de vida e fortalecer a organização dessas comunidades, valorizando experiências históricas e culturais, e, promover a integração sustentável com o meio ambiente - no sertão paraibano, essas políticas públicas não são aplicadas, causando sérios prejuízos às comunidades tradicionais da região, a exemplo da existente no Sítio Barra de Oitis, no Município de Diamante.

Constatou-se que nessa comunidade de afrodescendentes formada por 158 famílias cadastradas - reconhecida como a maior Comunidade Quilombola do Estado da Paraíba - explora-se amplamente a Meliponicultura, sem, contudo, receber uma assistência técnica à altura de suas necessidades, capaz de contribuir no processo de melhoria da qualidade de vida local.

REFERÊNCIAS

ALVES, R. R. N; NETA, R. O. S.; TROVÃO, D. M. B. M.; BARBOSA, J. E. L.; BARROS, A. T.; DIAS, T. L. Traditional uses of medicinal animals in the semi-arid region of northeastern Brazil. **J Ethnobiol Ethnomed**, v. 8, n. 3, p 41-46, 2012.

ANDRADE, S. E. O. et al. Estudo etnoveterinário de plantas medicinais na comunidade Várzea Comprida dos Oliveiras, Pombal, Paraíba, Brasil. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**,v. 7, n. 2, p 193-198, abr-jun, 2012.

AQUINO, I. S. **Abelhas Nativas da Paraíba**. João Pessoa: Universitária /UFPB. 2006.

CARVALHO, R. M. A.; MARTINS. C. F.; MOURÃO, J. S. Meliponiculture in Quilombola communities of Ipiranga and Gurugi, Paraíba state, Brazil: an ethnoecological approach. **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine**, v. 10, n. 3, p. 1-12, 2014.

KERR, W. E.; CARVALHO, G. A.; NASCIMENTO, V. A. **Abelha uruçu**: Biologia, manejo e conservação. Belo Horizonte: Fundação Acangaú, 1996.

MASCARENHAS, João de Castro et al. **Diagnóstico do município de Diamante, estado da Paraíba**.(Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea). Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.

PEGORARO, A.; ZILLER, S. R. Valor Apícola das Espécies Vegetais de duas Fases Sucessionais da Floresta Ombrófila Mista, em União da Vitória Paraná – Brasil. **Boletim de Pesquisa Florestal, Colombo**, n. 47, p. 69-82, 2003.

PEREIRA, C. D.; NETO, J. T.; BUSTAMANTE, N. C. R. et. al. O ensino da meliponicultura na Amazônia. **Arq Mudi.**, v. 12, n. 2-3, p. 43-49, 2008.

PEREIRA, D. S. **Distribuição geográfica de espécies de meponineos criados no Rio Grande Norte.** 2006. Monografia (graduação em Agronomia). Universidade Federal Rural do Semiárido - UFERSA. Mossoró.

PEREIRA, J. C.; VINCENZI, M. L.; LOVATO, P. E. Roland Ristow: uma contribuição ao estudo da agricultura sustentável. **Eisforia**, v. 1, n. 1, p. 63-97, 2003.

RODRIGUES, E. R. **Conhecimento etnoentomológico sobre abelha indígena sem ferrão (Meliponina) e meliponicultura na comunidade de São Pedro dos Bois do estado do Amapá**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Macapá: Universidade Federal do Amapá; 2009.